

Rolagem vai ter solução política

BRASÍLIA — A discussão sobre o percentual permitido de rolagem das dívidas externas dos estados e municípios caminha para uma solução claramente política. Um importante assessor da Seplan mostra que as facilidades de rolagem adotadas durante o governo Figueiredo transformaram o endividamento externo em fonte fácil de recursos, utilizada política e eleitoralmente pelos governos estaduais.

Na Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso Nacional, o deputado César Maia (PDT-RJ) concorda com o argumento, mas acrescenta que tais liberalidades atingiram seu auge durante o governo do presidente José Sarney, o que o torna co-responsável pelas atuais dificuldades de administração destes compromissos.

O projeto de Orçamento Geral da União encaminhado pelo presidente Sarney para o Congresso prevê que os governadores terão que pagar em 1989 25% do estoque de suas dívidas (principal mais juros). Estes, no entanto, só aceitam cumprir com 10% deste montante, alegando que não têm caixa.

Até o início da década, os estados arcavam com o pagamento do total do principal e dos juros. Após as eleições de 1982 os governadores não aceitavam a dívida herdada e o governo federal acabou adotando, no segundo semestre do ano seguinte, um novo esquema, que previa a rolagem de todo o principal e o pagamento total dos juros. Figueiredo só foi mais liberal com o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, revela Maia, então secretário da Fazenda do Rio de Janeiro.

O esquema foi mantido no primeiro ano do mandato de Sarney, mas começaram as autorizações especiais para o endividamento externo com fins de investimento. Como a caixa é um só, a destinação do dinheiro torna-se um dado sem importância, destaca o parlamentar. A liberalidade prosseguiu e se generalizou até 1987, quando a rolagem do principal e dos juros foi total.

No dia 22 de setembro passado o quadro foi mostrado em reunião na Seplan, entre os secretários estaduais da Fazenda e técnicos do ministério. Um destes secretários, ao defender a rolagem das dívidas estaduais, argumentou que o déficit público não pode ser encarado como problema e que os estados tinham que ser realistas e não comprometer muito suas caixas porque precisavam ganhar as eleições municipais.

Uma solução, portanto, no entender de Maia, seria a proposta de volta ao esquema anterior, de pagamento dos juros e rolagem do principal. A idéia do governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, de que sejam concedidas aos estados as mesmas condições de pagamento conseguidas pelo governo federal junto aos credores externos, é desaconselhada pela própria Seplan. Simulação feita pelos técnicos indica que se as condições forem as mesmas, a parcela a ser paga não será de 25% mas de 51%. Isso porque, dependendo do perfil da dívida, os juros devidos abrangem também a dívida vencida, o que torna a base de cálculo muito grande.

Segundo Maia, o maior problema dos 25% para os estados é justamente a dívida já vencida que em alguns casos se acumulam em até quatro anos. Para a União, o problema tem a mesma origem, porque a dívida vencida e não paga pelos estados foi honrada pelo Tesouro Nacional e refinanciada por meio do Banco do Brasil, entrando no Orçamento da União como receita e, conseqüentemente, como instrumento de combate ao déficit público, o que poderá sensibilizar também o plenário do Congresso Nacional, o que deve forçar o governo a negociar os 25%.